

“FERAS INDIGNAS DE PIEDADE”: discurso intelectual e estigmatização dos sertanejos no conflito do contestado¹

Alexandro Neundorf
Doutor em História. Docente PUC-PR.
alexneundorf@yahoo.com.br

22

Aruanã Antonio dos Passos
Mestre em História. Docente UEG/Unidade de Goiás.
aruana.ap@gmail.com

RESUMO: O trabalho discute as tensões entre as formações discursivas vinculadas na imprensa periódica paranaense por seus intelectuais e que tomaram por escopo a dominação e produção de sentidos para os sertanejos durante o Conflito do Contestado (1912-1916). Parte-se da reiterada imagem construída por esses intelectuais em torno das características de oposição a tudo que se considerava como centro de orientação da modernidade e civilidade em falta, segundo aqueles, por parte das populações sertanejas residentes na área de abrangência do conflito. Assim, os qualificativos atribuídos a psicologia, comportamento e ação dos sertanejos objetivou a orientação ideológica da posição dos paranaenses diante do confronto entre as populações resistentes e os interesses em se determinarem veredas de evolução econômica na região contestada. Questões sensíveis agravam essas significações: a religiosidade cabocla, a “distância” entre o Estado e a população local, a imposição de forças de dominação extremamente violentas e a imposição de um sistema de dominação.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais, Guerra do Contestado, discurso, poder, violência.

ABSTRACT: The paper discusses the tensions between discursive formations linked in periodicals Paraná for his intellectual and taking scope for domination and production of meanings to the hinterland during the conflict Contestado (1912-1916). It starts with the repeated image constructed by these intellectuals around the opposition of all the features that was considered as the center of orientation of modernity and civility missing, according to those on the part of region's resident population in the conflict area of coverage. Thus, the adjectives attributed to psychology, behavior and action of “sertanejos” aimed the ideological orientation of the position of Paraná before the confrontation between the resistant populations and interests to determine paths of economic development in the disputed region. Sensitive issues aggravate these meanings: a religiosity, the "distance" between the state and the local population, the imposition of extremely violent forces of domination and the imposition of a system of domination.

¹ Este trabalho é versão de capítulo do livro: “*Forças de Dominação - Intelectuais e Sertanejos na Guerra do Contestado*” (Curitiba, Editora Prismas, 2014), e apresentado na “XIII Semana de História” e “II Colóquio Nacional entre História e Ciências Humanas: Ensino e Pesquisa da UEG-Itapuranga” (2014). Agradecemos à organização do evento e aos participantes do Simpósio Temático.

KEYWORDS: Intellectuals; War of Contestado; Discourse; Power, Violence.

“Uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever”.

Norberto Bobbio

23

A *Guerra do Contestado*, conflito social e político que envolveu os estados do Paraná e Santa Catarina entre 1912 e 1916, é na verdade o ápice de uma questão maior, qual seja, a da definição dos limites fronteiriços entre Paraná e Santa Catarina, que se estende no tempo desde antes da constituição da província do Paraná em 1853, ou seja, já entre as províncias de São Paulo e de Santa Catarina.

Da movimentação de populações sertanejas do estado de Santa Catarina para o do Paraná percebeu-se – pela intelectualidade paranaense – uma ação de invasão, mas também um momento e um fato propício para se agregar a um projeto de construção identitária regional, na medida em que seria um virtual elemento aglutinador do povo paranaense – pelo menos isso foi imaginado pela intelectualidade. Através do meio jornalístico a elite intelectual estabelecerá o elo entre suas narrativas e a sociedade, dessa forma fazendo circular seus enunciados, carregados de valor simbólico, e que angulavam os sentidos, na maior parte das vezes, negativamente ante os “invasores” provenientes do estado vizinho.

De início, podemos fazer uma constatação simples, mas que nos permitirá desenvolver toda esta parte: das polêmicas ocasionadas pelo conflito do contestado, um personagem emerge como o elemento comum ao discurso jornalístico ao longo de todo o período, esse personagem é o sertanejo. Porém não é o sertanejo tal qual ele é mais uma construção do sertanejo realizada pelos intelectuais.

A partir disso poderia se perguntar o “por quê?” de tal construção produzida pelos intelectuais, mas importante também é perguntar o “como?” se dá essa construção. Primeiramente, essa construção é parte constitutiva de um discurso que também visa a um projeto identitário. Sendo assim, ele procura um “outro”, um “eles”, condição para um pensar o “nós” – esse “outro” figura-se no personagem, ou melhor, na imagem forjada do sertanejo. Mas também porque se quer fazer visível e vulgar a imagem desse outro – uma espécie de afirmação identitária através de um recurso a alteridade sempre presente, diária (presentificação). Mas, além disso, a visibilidade – proporcionada pela confecção de um sentido, de um “dizer” o outro – oferece também a possibilidade de controle das populações

por parte dos governos, pois fornece a possibilidade de um saber sobre o outro. Uma das medidas de controle tomada foi a de expulsar o dito “invasor”, e isso através de uma ação militar.

Já quando se pergunta o “como?”: o que há é um procedimento que visa escrever o corpo do outro angulando o sentido que se quer para ele, ou seja, construindo sua imagem em contraponto a imagem que se quer para o paranaense. Nessa medida, essa construção de sentido é fruto de um proceder por clivagem – e que já está em operação antes mesmo do conflito –, a uma diferenciação, a uma busca pela alteridade. Esta separação se dá no estabelecer de qualificativos para o outro e, às vezes, para o “nós” – embora para este último fique subentendido que tudo o que o “outro” é o paranaense é o oposto em termos positivos.

Compreendemos que a produção do sentido é resultado da prática discursiva. Com o valor simbólico que os enunciados adquirem no seu *lôcus* de circulação, o discurso proveniente dos jornais (ou da mídia em geral²) revela sua força ao instituir não só o imaginário, mas a própria realidade social – nas palavras de Michel de Certeau, através de “as armas do sentido”. Afinal, são os meios de comunicação que qualificam os eventos como passíveis à existência pública ou não, assim como o agregam de significado e de interpretações prontas.³ Com relação ao nosso estudo, produzem – através de uma forma de violência – o próprio corpo dos seus objetos de enunciação; o corpo do outro, ou seja, escrevem e dão “o” sentido ao corpo de sertanejo.

Mas também não se pode negar a interferência de determinadas forças sociais agindo na construção da notícia: questões culturais, políticas, econômicas encontram nos jornais o suporte para a sua visão específica da realidade, configurando uma “colcha de retalhos” de significação, à qual, compete aos intelectuais articular, sob a forma de uma narrativa coerente. É o jornal, ou melhor, o discurso intelectual atuando nos jornais, que “cola” esses múltiplos discursos sociais, relacionando falas, fatos, opiniões, contexto em uma notícia acabada e que então, em seu processo de circulação, refluí elaborada para o meio de onde parte de seus elementos se originou. Um processo circular, portanto, mas onde a “força” da influência não age em reciprocidade, pendendo ela para o discurso final dos jornais – afinal, já se tem como parâmetro a própria instituição da imprensa agindo na produção da

² Landowski afirma que “o discurso das mídias, evidentemente, cumpre um papel determinante nisso”. LANDOWSKI, *op.cit.*, p. 13.

³ Cf. WOITOWICZ, Karina Lanz. *Imagens dos sertanejos na guerra do contestado nas páginas da imprensa*. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4428/1/NP2WOITOWICZ.pdf>. Acesso em: 04/12/2006.

notícia, através de uma ilusão referencial da linguagem que relacionaria verdade com informação.

Esses discursos reforçam o imaginário social. Dessa forma as denominações atribuídas aos sertanejos, tais como as de: “Esfaimados carnívoros”; “Bandidos temíveis”; “Bandoleiros assassinos”; “Sanguinários inimigos”; “Feras indignas de piedade”; “Povo inculto e sanguinário”; “Criminosos fanáticos”⁴, operam na construção de um sentido altamente pejorativo.

A mecânica dessa operação é muito simples: repetição. As notícias que circulam todos os dias trazem a cada edição um novo designativo para essas populações, vez por outra, e em contraponto, enaltecendo também a atitude de algum paranaense partícipe. Para o sertanejo as principais características atribuídas são a do ignorante, do fanático, do rebelde, do criminoso – imagens fabricadas que fazem das narrativas dos intelectuais um campo simbólico que interfere sobremaneira na dimensão social e histórica, assim agindo como fator preponderante na reprodução dos “consensos” contidos nos jornais e dessa forma forjando um sentido “natural” para a imagem negativizada do sertanejo do contestado.

Já a negatificação da religiosidade popular dos sertanejos do contestado, e aqui fazemos uma breve digressão pela historiografia ulterior, também ajudou a concretar uma imagem não só para o monge-messianismo, como para as próprias populações que o seguiam. Já se disse que:

[...] estigmas físicos de degeneração se patenteiam na fisionomia deste segundo ‘monge’: descontando as características raciais do tipo ‘caboclo’ – tal o era – os seus lábios são grossos, o nariz grande e achatado, os zigomas salientes, a fronte curta, as orelhas grandes; tipo desproporcionado, mas baixo e corpulento, a cabeça grande e em desproporção com os membros curtos. [...] o tipo perfeito do fraudador e mistificador, diz-se irmão do ‘monge’ João Maria ou ser ele mesmo, deixa crescer a barba para impressionar o povo simples e crédulo, impinge-se como profeta; reivindicador, quer restaurar a monarquia. Instintivo, os delitos sexuais estigmatizam a sua moralidade aberrante. Tudo está a caracterizar em José Maria a sua personalidade de degenerado moral.⁵

[...] se apenas fora desequilibrado e inofensivo no princípio, logo passara a ser um perigoso chefe de malta, cujo início, no plano inclinado do crime, seria, ao que parece, acobertar crimes dos da sua comitiva.⁶

⁴ Cf. Jornal Diário da Tarde de Curitiba., respectivamente: 17/06/1915; 12/02/1915; 09/02/1915; 10/10/1914; 02/05/1914; 02/10/1912; 03/06/1912.

⁵ ÁVILA DA LUZ, Aujor. *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: s.n., 1952, p. 95

⁶ CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia., 1942, p. 215.

Essa historiografia nada mais é que uma reprise do que já havia sido dito décadas antes, no momento em que o evento se desenrolava, pela intelectualidade paranaense (e também catarinense) nos jornais: voltamos a citar, mas agora as passagens de alguns jornais curitibanos: “como se não bastasse tanto sangue derramado, a jagunçada tirou, numa emboscada, a vida preciosa do capitão Matos Costa, ilustre e bravo oficial, cujos sentimentos humanitários trazem o mérito de uma pacificação, chamando-se à razão toda essa horda estúpida e alienada que é a dolorosa inferioridade cultural das populações do sertão brasileiro” (DT, 19/12/1913). “bandoleiros e assassinos, ou simples espíritos empolgados no negro fanatismo, os seres que, em bandos terríveis de ferocidade se levantaram empunhando armas contra as gloriosas forças do país eram essencialmente prejudiciais à ordem e ao progresso” (DT, 05/04/1915). “pelas informações que chegam daqui e dali e pelo desenrolar dos acontecimentos, o que se nos afigura é que os fanáticos estão unidos por dois elos principais: sua ignorância fanatizada por monges tão ignorantes como eles próprios e seu ódio a algum morubixaba politiqueiro que os tenha molestado por qualquer razão [...]. Se são revoltados contra humilhações continuas, se são vítimas da ignorância, ou se são ao mesmo tempo uma e outra coisa, merecem esses brasileiros ser acuados na sua toca, como feras, fuzilados a Mouser, varridos a metralha, despedaçados a canhão? Não! Sua culpa é bem menor do que a de quem os exacerbou e de quem os deixou crescer semi-bárbaros nos sertões, segregados da civilização, sem escolas e sem justiça. Que ao menos as intervenções se façam com o mínimo de efusão de sangue exigi-lo iam os sentimentos de humanidade, se não o impusessem os da justiça. Eles também são brasileiros!” (DT, 07/01/1914)

Como conclusões parciais, podemos afirmar que a ação do estado (uma ação militar também) no intuito de expulsar o chamado “invasor” é fruto da pressão exercida pela opinião pública – veiculada em jornais em grande parte – das elites letradas da capital paranaense. Nesses artigos, a insistência nos argumentos que operam uma inferiorização das populações sertanejas, constrói-se uma clivagem entre o “nós” cultural (representado pelo povo paranaense) e um “outro” retratado na figura do violento, criminoso e fanático sertanejo.

A reafirmação constante da inferioridade, tanto cultural quanto moral, do sertanejo, acaba por proporcionar uma “imagem forte” da alteridade – elemento esse percebido pelos intelectuais como chave para se forjar uma identidade paranaense. Dessa forma, contrapunha-se à criminoso, o heróico; à fera, o civilizado cidadão; à fanático, o científico; à mentira, a verdade; à iniquidade, a justiça.

A partir da proclamação republicana em 1899 uma nova postura se verifica da parte dos intelectuais e políticos em seus respectivos âmbitos de influência: a atitude deliberada de forjar uma identidade, de um projeto identitário para as suas regiões-estados. O próprio regime federalista adotado demandava tais construções, uma vez que dependia da consolidação das unidades federativas enquanto espaços singularizados e definidos pelas identidades.

Para tanto, logo após o período de organização política no estado, embora já em momentos logo anteriores a proclamação se verifique, os intelectuais paranaenses “ofertam” – através de seus discursos, ora nos jornais, ora na tribuna das assembleias – para a sociedade da capital, um constructo identitário *sui generis*, cuja alteridade é encontrada na figura do sertanejo que emerge do conflito do contestado. Esse sertanejo é o anteriormente mencionado: “fanático”, “criminoso”, “invasor”, etc.

Com esse personagem, em grande medida forjado, a intelectualidade encontra a formação ideal, na medida em que ele incorpora não só os designativos mais negativos e depreciativos como também proporcionam uma presentificação constante, incitada pelo conflito do contestado e suas inúmeras “notícias”; por trás da atitude de “informar” a sociedade esconde-se também uma prática constante de reafirmar a alteridade.

Através da atribuição da diferença ao sertanejo esse mencionado, encontrou-se a pedra de toque do projeto identitário para o Paraná, ao menos nesse momento específico, cujo proceder se dá, em nosso ver, de forma estratégica.

Os estados nacionais atuam de forma a unir o povo sob a égide de uma nação, sendo que nesse sentido são também um mecanismo domesticador de sentimentos presentes na coletividade⁷. O interesse dos intelectuais e políticos (das elites de maneira geral) na formação de uma nação baseia-se nessa ideia, de forma que quanto mais arraigado o sentimento de pertencimento e vinculação a uma determinada nacionalidade, mais forte será o controle sobre as populações e em consequência, com mais precisão se darão as predições e ações programadas pelo estado. São exatamente os processos relacionados de pertencimento e vinculação que forneceram a base mestra para a construção da nação, sendo que ambos podem ser caracterizados “[...] em termos de um espaço social de comunicação no qual são institucionalizados códigos específicos de distinção entre um 'nós' coletivo e um 'outro'

⁷Cf. EDER, Karl. *Identidades coletivas e mobilização de identidades*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, out. 2003, vol. 18, nº 53, p. 5.

coletivo".⁸

As identidades coletivas são o resultado da ação desses processos, além de serem os pilares da nação; elas expressam-se através de uma vontade coletiva que, então, favorece a uma obliteração de interesses particularistas, também criando uma disposição nos indivíduos em aceitar os rumos apresentados pela entidade máxima, sua representante: o estado. A noção de identidade revela-se ambígua e polissêmica, mas em "[...] sua conotação de 'diferença', contém elementos inclusivos e excludentes", nesse aspecto "ao mesmo tempo que integra um indivíduo a um grupo (étnico, religiosos, lingüístico), ela o exclui, em razão mesmo de sua suposta 'diferença' do resto da comunidade nacional".⁹

Nesse sentido, as identidades coletivas proporcionam um princípio de integração no mundo social, relacionadas a outro princípio complementar constituído pelos interesses. Na medida em que as identidades excluem aquele "outro" coletivo, dessa forma definindo e afirmando fronteiras, os interesses incluem esses "outros" baseados em um cálculo que visa o benefício, pois visa suprir o mundo com um *optimum* de pessoas suficientes.¹⁰ Enquanto as identidades procuram criar elos que garantam a coesão da sociedade mediante a formação de fronteiras que conformem um espaço de atuação, assim como sua manutenção, os interesses extrapolam as fronteiras, buscando em indivíduos "de fora" o complemento para uma maior otimização dos benefícios. Assim, as identidades e os interesses constituem-se como processos que necessitam de um equilíbrio; às identidades compete uma constante redefinição de seus elementos constituintes, ou então uma aquisição de novos ou agregação de "partes" aos antigos.

Essa ideia de constituição recíproca entre identidades e interesses conflui para a proposição teórica apontado por Klaus Eder que se resume: "[...] é a configuração particular de interesses e identidades o que explica a dinâmica das relações sociais num dado espaço e num determinado tempo".¹¹

Porém, essa busca racional de interesses opera de modo a tornar instáveis as relações na sociedade, por isso, a necessidade premente de instituições fortes que mantenham os laços de sociabilidade firmes: essa prerrogativa compete às instituições políticas na medida em que são elas os suportes da vontade coletiva. Os indivíduos buscam o vínculo, reivindicam

⁸ *Idem*, p. 8.

⁹ SILVA, Helenice Rodrigues da. *Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX? In: Tempo*, Rio de Janeiro, 2004, nº 17, p. 175.

¹⁰ EDER, *op.cit.*, p. 13.

¹¹ *Idem*, p. 14.

a sua identidade coletiva uma vez que são responsáveis pelos laços de sociabilidade a que estão inseridos. Porém, a lógica das reivindicações identitárias difere da lógica dos interesses: ela baseia-se em narrativas que, através delas, “[...] um povo define um mundo da vida compartilhado, que distingue claramente quem é parte dele e quem não é. Essas narrativas constituem poderosos sinalizadores de fronteiras de exclusão”.¹² Daí surge a ideia de uma estratificação identitária no sentido de que níveis de identidade se superpõem: da identidade produzida pelos laços de sociabilidade a um nível mais local na comunidade dos indivíduos à identidade nacional, passando por níveis intermediários regionais. Vale ressaltar também a existência de dois diferentes fluxos na formação das identidades:

a) o que ocorre naturalmente na socialização dos indivíduos a um nível mais localizado, assim como no da demanda desses indivíduos por vinculação e pertencimento a níveis superiores; e

b) aquele que procede de forma arquitetada através da ação de pensadores e de sua produção discursiva, na medida em que operacionaliza ações a nível subjetivo nos indivíduos e nesse sentido “[...] a identidade cultural é uma construção, na maioria das vezes, ideal”¹³, ou seja, “[ela] é uma reconstrução feita a partir de elementos reais e imaginários, e o edifício tem uma finalidade evidente. [ele] é uma máquina de sobrevivência, que utiliza o passado e o futuro para conformar o presente”.¹⁴

São na verdade dois vetores contrários de ação: um que parte dos indivíduos ao estabelecer seus laços sociais e outro que vem de encontro a eles conformando suas subjetividades.

A ação do intelectual possui uma importância considerável na medida em que é ele o responsável pela organização narrativa dos elementos que formam uma identidade; ação essa que define os elementos que devem estar presentes, assim como aqueles que serão excluídos ou que receberam menor ênfase, na sua construção narrativa; é o intelectual que também produzirá a argumentação que dará respaldo a essa organização dos elementos de identidade e manipulará os símbolos aglutinadores de vinculação da população, tais como heróis, eventos, etc.

Como síntese de toda uma discussão acerca da noção de identidade, esta abordada nas mais variadas formas em associação com a questão da memória, da ideologia, da

¹² *Idem.*

¹³ SILVA, *op.cit.*, p. 179.

¹⁴ MEMMI, Albert. *Apud: Idem, ibidem.*

subjetividade, tomamos as reflexões de Renato Ortiz. Este define identidade nacional como sendo fundamentada sempre em uma interpretação; esta, promovida pela ação de intelectuais em um contexto definido, ao transformar a realidade em um símbolo que a sintetiza como sendo única e compreensível.¹⁵ Para ele, existe uma distinção, no âmbito das “identidades nacionais”, entre memória coletiva e memória nacional, sendo a primeira gerada no plano da vivência cotidiana, e a segunda, por ser de ordem ideológica, precisa de elaboração planejada por parte de sujeitos em locais privilegiados. Os intelectuais cumprem esse papel, através de um “discurso integrador”, ao realizar a interpretação da realidade ligando particular e universal, ao dar sentido aos objetos da realidade.

Compreendemos que a identidade cultural (no primeiro viés apontado acima) é uma relação, ou processo, de reconhecimento que o sujeito social produz ao viver em uma determinada cultura e assume como algo próprio, ou seja, é a forma como os sujeitos sociais incorporam e expressam os elementos da cultura dos grupos do qual fazem parte. Neste processo de formação identitária encontra-se também um processo de geração de regionalismos – de geração de formas específicas de se viver a cultura a partir de diferentes experiências vivenciadas por grupos sociais que habitam diferentes espaços geográficos e históricos.

A busca por uma identidade paranaense poder-se-ia dizer, inicia-se já com a emancipação em 1853 da província, ao mesmo tempo em que também se procurou por uma diferença que refletisse essa identidade. Porém, essa busca obedecia muito mais uma necessidade natural de afirmação, na medida em que a província recém criada deveria estabelecer o “porque” de sua emancipação, de sua divisão. Dessa forma, a caracterização singular do espaço e de sua população, através de uma ação dos intelectuais, seria uma das formas para se chegar a tal objetivo.

Ao longo do período provincial, esse ideal de afirmar uma identidade para a província, a fim de gerar a ideia de unidade perante o país – e também como forma de legitimar seu território ante as pretensões de Argentina e Santa Catarina – se baseou na atividade de intelectuais, sobretudo de políticos, que buscavam através da caracterização do território principalmente e na diferenciação deste com o das outras unidades provinciais, o foco principal. As argumentações baseavam-se no elogiar as riquezas naturais, a beleza do espaço, a amenidade no clima, a singularidade do relevo e da vegetação, assim como a

¹⁵ Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 139.

qualidade dos produtos típicos como a erva-mate e o pinheiro.¹⁶

Quando, então, proclama-se a República em 1889, as atenções se redobram para uma construção, agora com status de projeto, de uma identidade paranaense. “[...] é com a República que se disseminam os discursos regionais como forma de construir a nação. A República definiria, a partir da federação, a necessidade de delimitar os estados, reforçando um discurso regional”.¹⁷ Tal projeto culminaria, já nos fins da década de 20, no movimento paranista, onde o ideal de construção de uma identidade paranaense assume status primordial pelos intelectuais, políticos e artistas.¹⁸

Como já tratamos anteriormente, a construção do outro na aplicação de características diferenciais a este, já é ao mesmo tempo, a afirmação de uma ideal de identidade. Nessa construção da alteridade, de forma subjacente, encontra-se também a construção de uma identidade, como imagem invertida e refletida do “outro”; ou seja, para tudo o que o “outro” é – afinal, ele é o diferente – o “mesmo” é o contrário. Com base nisso, podemos também verificar duas situações na construção de identidades para o Paraná: o momento inicial, da emancipação até a República, e um momento posterior a esta.

Neste primeiro instante, uma vez que a ênfase era a organização e estruturação administrativa e política da nova província, os discursos de identidade, embora presentes, não possuíam a mesma força que apresentariam após a proclamação da República.

Nas narrativas de políticos e intelectuais após a emancipação, contidas em relatórios e documentos oficiais, em livros e jornais, a ênfase se dá na caracterização e diferenciação do território em relação às demais províncias – primeiramente São Paulo, depois Santa Catarina. Assim, a atribuição de designativos ao espaço (relevo, vegetação, etc.), ao clima, a qualidade da terra, são enfatizados como geradores de uma identidade à recém criada província. Em um dos primeiros relatórios oficiais da província, assinalava-se como um “bem” paranaense, a erva-mate (também chamada congonha na época) e a atividade de criatório exercida pelos “homens abastados”.¹⁹ Mas nem sempre as características atribuídas ao Paraná e sua população eram positivas, embora continuem sendo formativas de uma identificação. Nesse aspecto, salienta-se que os paranaenses eram “menos empreendedores e

¹⁶ Cf. TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Paranidade ou paranismo?* A construção de uma identidade regional. Revista da SBPH. Curitiba, v. 13, 1997, p. 65-74.

¹⁷ SZESZ, *op.cit.*, p. 04, nota 01.

¹⁸ Para este movimento, ver: PEREIRA, *op.cit.*

¹⁹ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, na abertura da Assembleia Legislativa em 15 de junho de 1854. Curytiba: Typ. Paranaense, 1854, p. 67.

ousados” que os paulistas, estes como sendo a “origem” daqueles.²⁰

Mas não só nessa embrionária definição de identificações constitui-se a produção do Paraná e do sertanejo, também na caracterização da diferença em relação à Santa Catarina. Na atribuição de caracteres, tais como “anarchicos”, “desesperados”, “deploráveis”, “sophistas”²¹, configura-se todo um conjunto de aspectos que os intelectuais negavam atribuir ao Paraná. Nessas diversas narrativas, de forma subjacente, observa-se que ao acusar o “outro” de promover “[...] actos tão violentos como insensatos”²². Por exemplo, além de restringir-se ao Paraná a atribuição de tais alcunhas, também se deduz que ao Paraná cabem as características da calma, paciência, paz, harmonia, sensatez, prudência, verdade, entre outras. Esta seria a imagem refletida ao Paraná e aos paranaenses através do fabrico do “outro”.

Em um segundo momento, quando da proclamação da República, a ênfase volta-se com maior vigor para os discursos de identidade e de alteridade. É aqui que se observa uma ideia de projeto por parte dos intelectuais e políticos. Com relação aos discursos de alteridade, o foco concentra-se agora na população sertaneja do contestado e na vinculação dessas com práticas “fanáticas”, “messiânicas”, “irracionais”, entre outras. A partir dessas características, as narrativas intelectuais procuram promover a imagem do Paraná moderno, espaço do científico e do racional, lembrando que o positivismo está em voga nesse momento.

Uma alcunha muito utilizada para caracterizar o sertanejo era a do “invasor”. Dela podem-se extrair algumas considerações importantes: primeiro, a ideia de “invasor” impõe que essa população não é do local onde está não pertence e nem tem legitimidade para estar onde está; segundo, impõe uma ação efetiva por parte do governo, pois não se tolera uma “invasão”; terceiro, o “invasor”, na media em que não é “daqui” é também o diferente, o “estrangeiro”; quarto, enquanto for visto como tal o “invasor” não será assimilado, mas excluído peremptoriamente; quinto reafirma-se a posse, por parte do Paraná, do território do contestado. Ao “invasor”, assim como já o era “fanático”, “bestial”, etc., cabe apenas a expulsão, mas também a importante função de refletir caracteres de identificação ao Paraná e ao paranaense.

Com a proclamação da República em 1889 pode-se observar uma guinada na ação de intelectuais e políticos no que tange a constituição de uma identidade paranaense. Apesar

²⁰ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província, João José Pedrosa, na instalação da 2ª sessão da 14ª Legislatura em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881, p. 16.

²¹ Cf. BARROS, *op.cit.*, p. 04-5, 41.

²² *Idem*, p. 05.

de já após a emancipação estarem sendo produzidos discursos de identidade-alteridade, é somente com o surgimento de um novo regime político-administrativo para o país (República, federalismo) que a ação intelectual é coordenada em um projeto. Entende-se por projeto, uma ação planejada e deliberada (ou um conjunto de ações) orientadas por um plano e objetivando um fim último. Um aspecto que emerge dessa consideração anterior, é a proposta de criação de uma universidade no Paraná em 1891, lançada por Rocha Pombo²³; que não só “[...] deste modo, fundada a Universidade, esta cidade [tornaria-se] tornar-se-ia o centro de toda atividade vital do Paraná”²⁴, como produziria a “massa crítica” tão importante na defesa e produção do Paraná. Com a criação da Universidade também se intentava constituir um *locus* institucional que afirmasse e legitimasse um projeto identitário. Outros movimentos posteriores corroboram com essa postura planejada, tais como o simbolismo²⁵ no final do século XIX e início do XX, e o paranismo já na década de 20.

Embora não se conceba que o fabrico da alteridade seja derivado de uma ação planejada, a exaltação sem precedentes acerca do território e de sua população dão a tonalidade para a ação desenvolvida pelas elites intelectuais no Paraná: a dimensão de um projeto identitário. Aspecto característico das narrativas intelectuais da época, era o recurso à ideia de “herança” que os paulistas remeteriam ao Paraná e aos paranaenses com a emancipação. Tal “herança” repercutia não só nas fronteiras da província de São Paulo, mas também em um *corpus* de caracteres (qualidades) que, então, seriam legados ao Paraná e a sua população.

É claro que “[...] os Paulistas, isto é, os Curitybanos [...]”²⁶ reteriam toda uma gama de qualificativos que os distinguia dos demais: “raça enérgica dos Paulistas, a este povo legendário”; “uma nova e vigorosa raça, a dos Paulistas”; “esse povo legendário, que já então significava a energia do carácter viril pelo qual se distingue”²⁷, entre outros. Aos paranaenses caberia receber tal legado e também continuar a “obra dos Paulistas e seus nobres sacrifícios”²⁸.

²³ Cf. Diário do Comércio, 22 de junho de 1891.

²⁴ PILOTO, Valfrido. *Universidade Federal do Paraná – primórdios, modernização, vitórias*. Curitiba: s.n.d., p. 15.

²⁵ Ver: BEGA, *op.cit.*

²⁶ BARROS, *op.cit.*, 66-7.

²⁷ *Idem*, p. 07, 10, 13.

²⁸ *Idem*, p. 72. Ou então, continuar a obra dos “avós Paulistas”: Cf. LEÃO, Ermelino de. *Paraná – Santa Catharina: o litígio perante a História*. Curitiba: Comissão Central de Limites, 1915, p. 15. Ainda do mesmo autor: *Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa*. Curitiba: Typ. Cezar Schultz, 1910.

Referências

ÁVILA DA LUZ, Aujor. *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: s.n., 1952.

BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão sobre a questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva em Junior, 1877.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção: geração simbolista e construção de identidade regional*. Tese de doutorado em História (Universidade de São Paulo). São Paulo, 2001.

CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia., 1942.

EDER, Karl. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, out. 2003, vol. 18, nº 53.

JORNAL Diário da Tarde (Curitiba): 17/06/1915; 12/02/1915; 09/02/1915; 10/10/1914; 02/05/1914; 02/10/1912; 03/06/1912.

JORNAL Diário do Comércio, 22 de junho de 1891.

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província, João José Pedrosa, na instalação da 2ª sessão da 14ª Legislatura em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa em 15 de junho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

PILOTO, Valfrido. *Universidade Federal do Paraná – primórdios, modernização, vitórias*. Curitiba: s.n.d.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX? In: Tempo, Rio de Janeiro, 2004, nº 17.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional*. Revista da SBPH. Curitiba, v. 13, 1997.

WOITOWICZ, Karina Lanz. *Imagens dos sertanejos na guerra do contestado nas páginas da imprensa*. Disponível em:

<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4428/1/NP2WOITOWICZ.pdf>

Acesso em: 04/12/2006.